

**O SUBSTANTIVO TEM GÊNERO, O ADJETIVO
RECEBE GÊNERO POR MEIO DE FLEXÃO³¹**

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

As nossas gramáticas normativas e compêndios gramaticais procuram dar a impressão de que o assunto acerca da variação de gênero dos nomes não apresenta problemas, já que repetem as mesmas considerações.

Contudo, uma apreciação mais assídua, considerando os seus próprios conceitos de flexão e derivação sufixal, e confrontando-os, faz surgir, de imediato, dúvidas quanto àquilo que consideram pacificamente flexão de gênero dos nomes em português, posto que a formação de gênero feminino dos substantivos e dos adjetivos não constituem o mesmo fenômeno.

Na verdade, o elemento mórfico na formação de gênero dos substantivos é um traço lexical, é um sufixo lexical; nos adjetivos, entretanto, é um traço flexional, um sufixo flexional.

Logo, este trabalho, que constitui tão somente uma contribuição para o estudo de gênero, objetiva negar o caráter flexional do gênero dos substantivos e oferecer subsídios para reflexões e formulação de novas hipóteses.

Palavras-chave:

Caráter imanente. Derivação sufixal. Flexão de gênero. Gênero feminino.

1. Introdução

A partir das considerações sobre a imanência do gênero do substantivo, apresentada inicialmente por Câmara Jr. em seus *Dispersos* (1972) e corroborada posteriormente em muitos outros de seus trabalhos, procurei desenvolver a conscientização de que há uma inconsistência nos ensinamentos tradicionais acerca do assunto e nas diversas considerações de autores como Câmara Jr. (1972, 1985, 1989 e 1991), Macedo (1976), Freitas (1981) e outros. Mormente, se consideramos as digressões de Herculano de Carvalho

³¹ Comunicação apresentada no III Congresso da Pós-Graduação em Língua Portuguesa da FFP/UERJ, de 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(1969, 1973 e 1984) e a afirmação de Sandmann (1991 e 1992), corroborando Matthews (1974), de que não se trata de flexão a variação de gênero dos substantivos.

Não se pode negar que a variação que se faz com o uso da marca de gênero “-a” se mostra muito semelhante à variação de gênero dos adjetivos, que é realmente um processo de flexão de gênero. Cabe-nos, portanto, procurar definir o que constitui mais propriamente o fato de certos substantivos apresentarem uma forma de feminino, a qual se dá com o acréscimo da marca de gênero “-a”, e que elemento mórfico é esta marca de gênero (desinência ou sufixo de gênero – morfema categórico –, sufixo ou vogal temática – morfemas lexicais).

Pretendo, neste trabalho, responder a tais perguntas e apresentar subsídios para eventuais respostas a novas indagações. Logo, o objetivo deste estudo é o de fazer emergir e discutir os problemas acerca da “flexão” de gênero dos substantivos, os quais são mascarados devido ao tratamento que as nossas gramáticas dão ao assunto, acusando, pois, a sua complexidade.

2. *A natureza do gênero dos nomes em português*

O gênero, como categoria gramatical, constitui um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas, como já ressaltava Câmara Jr. (1972, p. 115).

Em relação ao substantivo, a complexidade do assunto é ainda maior, devido ao caráter imanente do gênero desta classe de palavras que desafia a técnica descritiva tradicional, utilizadas pelos estudiosos que não consideraram a imanência do gênero do substantivo.

A afirmação de que o gênero é uma categoria gramatical nos leva a aceitá-lo como sendo um conceito de gramática e, consequentemente, uma noção que o falante não cria.

Diferente dos adjetivos, todos os substantivos em português têm um gênero pré-estabelecido, considerando como um caso à parte os substantivos do tipo “o/a artista”, “o/a estudante” e outros (conhecidos como comuns de dois), os quais necessitam do traço pragmáti-

co (conhecimento de mundo do falante) para o reconhecimento de seu gênero.

No caso de se admitir a flexão de gênero dos substantivos, seria de se esperar que um número majoritário de substantivos estivesse sujeito a tal processo. Entretanto, a variação de gênero do substantivo é assistemática e não é obrigatória sintaticamente, pois somente aqueles que se referem a determinados seres animados, com os quais se pode fazer uma relação entre sexo e gênero, podem receber o acréscimo de um elemento mórfico, semelhante àquele que é comumente classificado como Desinência de Gênero Feminino “-a”. E isto justificaria o estudo de flexão de gênero dos substantivos.

O que se percebe quando usamos um substantivo é que se pode escolher uma forma masculina ou feminina de uma mesma base (“o menino” ou “a menina”, “o gato” ou “a gata”) ou uma base masculina ou feminina (“o homem” ou “a mulher”, “o boi” ou “a vaca”): será masculino ou feminino, conforme sua significação ou terminação e de acordo com a idéia que se deseja expressar – a escolha é anterior à estruturação frasal.

Além disto, entre esses substantivos que se referem a determinados seres animados há alguns com os quais nem se pode fazer uma relação entre sexo e gênero (humanos: “a testemunha”, “o cônjuge”, “a criança”, “o algoz” – usados para homens ou mulheres –; não humanos: “a cobra”, “o jacaré”, “a onça”, “o tigre” – usados para machos ou fêmeas).

Quanto àqueles substantivos que podem receber o acréscimo de “-a” e que podem funcionar como adjetivos ao lado de outro substantivo, poderíamos conceber uma variação, que atendesse a necessidade comum de se ajustar o gênero da palavra ao sexo do ser em referência e que fosse influenciada pela flexão que ocorre em função adjetiva.

Entretanto, por ser prematura a ideia de que o fenômeno trata-se de uma influência da flexão de gênero da função adjetiva, deixá-la-ei para outra oportunidade.

Logo, nos substantivos, considerando a categoria de gênero, faz-se uma classificação arbitrária e convencional, e há mais de uma

maneira de reunir todos os substantivos do português no seu quadro de gêneros: a analogia formal, a analogia conceptual (incluindo algumas metáforas) e a ampliação do gênero num dado contexto, cuja escolha é semanticamente motivada.

Portanto, no tratamento do gênero, não se deve partir de uma noção precisa e bem definida, apesar de sua importância, pois nenhuma noção reúne em si condições para uma eficiente descrição gramatical de gênero.

Jespersen (1975), descrevendo várias línguas, privilegiando as de base indo-europeia, na tentativa de obter uma conceituação precisa do gênero, constatou várias incongruências em cada língua analisada qualquer que fosse o seu critério adotado: animado/não-animado, humano/não-humano, masculino/feminino/neutro.

No português, assim como nas línguas neolatinas, a divisão é bipartida (masculino/feminino). Se o critério do sexo já apresentava problemas no latim, provido de neutro, tornou-se ainda mais problemático no português, em que os substantivos são masculinos ou femininos, sem qualquer relação com o sexo.

O critério semântico do sexo só seria teoricamente aplicável a substantivos referentes ao reino animal, e ainda aí, há incongruências. Aliás, na língua portuguesa, como ocorre em outras línguas românicas, os gêneros masculino e feminino não expressam exclusiva e rigorosamente uma diferenciação sexual, que, apesar de constituir um dado relevante para uma descrição de gênero português, seria mais bem estudada em pragmática, enquanto que a noção de masculino e feminino como gêneros gramaticais importa à gramática.

E é por isso que o critério semântico do sexo não pode ser priorizado na descrição do gênero do português, embora seja um traço semântico relevante.

Assim, o tópico gênero de substantivos em português sugere uma simples distribuição bipartida desta classe de palavras; de um lado todos os masculinos e do outro, todos os femininos, como já o fizera Said Ali (1964, p. 33-43). O mesmo encontrava-se em Bechara (1983, p. 83), quando concebia a “flexão” de gênero do substantivo. Convém ressaltar que Bechara (1999, p. 131-3) refez aquela concepção.

A confusão estabelecida pela má compreensão do assunto criou um verdadeiro caos nos compêndios e livros didáticos. Num mesmo grupo de exemplos sob o tópico “flexão” de gênero, são dispostos casos diversos de: heteronímia (“pai/mãe”, “boi/vaca”), derivação lexical (“ator/atriz”, “conde/condessa”), “flexão” (“menino/menina”, “mestre/mestra”) e estruturação frasal (“jacaré macho/fêmea”, “o macho/a fêmea da cobra”, “o/a estudante”).

Até Câmara Jr. (1972 e 1985), que discorreu sobre a imanência do gênero dos substantivos e apresentou uma proposta coerente para a sua classificação, devido à complexidade do assunto, propõe a flexão de gênero dos substantivos.

A causa destas contradições de nossos gramáticos deve-se, em parte, à confusão entre sexo e gênero e a falta de critério coerente para compreender o fenômeno da flexão.

Conceber o gênero imanente e distinguir sexo (gênero nocional) de gênero gramatical constituem o primeiro passo e o mais relevante para se negar a flexão de gênero dos substantivos (como um fenômeno sistemático) ou, pelo menos, para se verificar a complexidade do tema, já que não é a correspondência de sexo, e sim o acréscimo da marca de gênero (“casa bela”, “torta gostosa”), imposta pela estrutura frasal, que cria o fenômeno gramatical.

3. A variação de gênero do substantivo e o morfema “-a”

Primeiramente, vamos admitir ser a marca de gênero “-a”, que é um morfema gramatical (elemento mórfico do mecanismo gramatical), seja um sufixo flexional ou sufixo de gênero (morfema categórico), comumente denominado pelas gramáticas de desinência de gênero, que se acresce à forma-base de masculino por meio de flexão para a formação do feminino. Portanto, morfema categórico, já que a flexão de gênero e a de número constituem, nos nomes, as duas categorias gramaticais, assim como a flexão de número-pessoa e a de modo-tempo constituem as duas categorias gramaticais nos verbos.

Considerando os textos teóricos tradicionais, em que se pode depreender ser a flexão um processo obrigatório, fechado e normal-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mente imposto pela estruturação frasal, conclui-se ser a flexão um processo sistemático.

Depreende-se, também, desses ensinamentos tradicionais ser a derivação um processo assistemático, não-obrigatório e aberto, que se efetiva pela vontade do falante, o qual tem à sua disposição vários afixos para a formação de novas palavras.

Certamente, trata-se de processos distintos, apesar de ambos se caracterizarem pelo acréscimo de um morfema de gênero (sufixo derivacional ou sufixo flexional) a sua forma-base.

Sendo a variação de gênero nos substantivos uma flexão (processo sistemático e fechado), é de se esperar que todos os substantivos formem o seu feminino da mesma maneira, ou que, pelo menos naqueles que apresentam uma forma de gênero oposto, se possa observar uma sistematização, que se caracterizaria pela incidência do acréscimo do morfema de gênero, como ocorre nos adjetivos, por exemplo.

Contudo, a formação do feminino dos substantivos *não se dá de forma sistemática*, já que poucos (em relação à totalidade do idioma) são os substantivos que sofrem tal processo, o qual se dá de formas várias. Se não, vejamos:

menin(o)	↔	menina
autor		autora
gal(o)		galinha
conde		condessa
poet(a)		poetisa
anão		anã
lebrão		lebre
homem		mulher
boi		vaca
o artista		a artista

A partir do *corpus* acima, pode-se perceber que a forma feminina oposta à forma masculina de um dado substantivo nem sempre se obtém com o acréscimo do morfema “-a” a uma base. Se por um lado temos substantivos, cuja formação de um substantivo de gênero oposto se faz com o acréscimo da marca de gênero “-a”, como ocorre

nos dois primeiros exemplos (“menino/menina e autor/autora, com ou sem a retirada da vogal “temática”), temos em muito maior número substantivos, em cujas formas de feminino se podem verificar outros procedimentos: com o uso de sufixo (morfema lexical): galo/galinha, conde/condessa, poeta/poetisa; com a retirada de elemento terminal: anão/anã; com a relação com palavras que se referem a seres de sexo oposto (heteronímia): lebrão/lebre (neste caso, poder-se-ia dizer que o masculino deriva do feminino), homem/mulher, boi/vaca; e com a anteposição do determinante tão simplesmente: o artista/a artista.

Vê-se que a variação de gênero do substantivo não é exatamente como a dos adjetivos. Nestes, o processo é sistemático e se caracteriza ou com o acréscimo do morfema “-a” a uma base (adjetivos biformes: lindo/linda, alto/alta) ou nenhum morfema é-lhe acrescido (adjetivos uniformes: simples, feliz). Com os substantivos, porém, o processo é assistemático e se caracteriza por não apresentar regularidade, pois não só se formam femininos com o acréscimo de um morfema (“-a”, “-esa”, “-isa” e outros) ou supressão de elementos terminais, mas também com formas heterônimas e com a simples anteposição de um determinante (do tipo artigo definido).

Aliás, nem é conveniente se falar em formação de feminino desse ou daquele substantivo; a formação de palavras femininas a partir de uma forma-base é uma realidade na língua portuguesa e, naturalmente, a forma resultante se opõe em gênero àquela que lhe originou.

Na verdade, tais formas femininas compõem uma relação de palavras, a que se antepõe um determinante feminino, e que nomeiam seres do sexo feminino. Tal formação (de palavras femininas) atende a uma oposição semântica de gênero em relação à palavra-base a que se acresce a marca de feminino. Daí, concebermos o feminino de uma dada palavra masculina.

Logo, faltam aos substantivos, na oposição genérica, que em princípio é mera oposição sexual, as condições acima estabelecidas.

Portanto, o morfema de gênero feminino “-a”, no processo de formação do feminino de substantivos, não é exclusivo (apesar de ser o mais incidente, pois se acresce à maioria das palavras variáveis em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gênero), nem é obrigatório, já que nenhuma regra gramatical; (imposição frasal) determina o seu uso.

Na realidade, o que se tem com a variação de gênero é uma derivação possível para um número significativo de substantivos portugueses, a qual não é comum para a totalidade da língua.

À luz da história do gênero dos substantivos portugueses poder-se-ia dizer que este morfema é uma vogal temática, já que corresponde (conforme observara Câmara Jr., 1985, p. 126) à vogal breve [a] dos nomes latinos de primeira declinação, os quais eram na maioria femininos e se opunham à maioria dos nomes em [u] de segunda declinação, que eram masculinos.

Contudo, percebe-se que este morfema não se confunde com a vogal átona final de um grande número de substantivos de tema em “-a” (“terra”, “casa”, “planeta”, “artista” e outros). Nestes, o morfema é uma vogal temática; nos que expressam a particularização mórfico-semântica de feminino, a partir de uma forma-base de masculino em “-o”, “-e” ou em consoante ou vogal tônica, é um sufixo. Sendo, portanto, derivação sufixal o processo de formação de feminino.

É importante ressaltar, no entanto, que o morfema “-a”, como marca de gênero feminino, só é morfema de gênero feminino em função da oposição com uma forma-base masculina, sem que com isso ganhe *status* de sufixo flexional (ou desinência de gênero, como o quer a Tradição). Em qualquer outro caso, o morfema “-a” é apenas uma marca de um tema nominal em “-a” (“casa”, “mala”, “poeta”, “criança”, “planeta” etc.) como o são os morfemas “-e” (marca de um tema nominal em “-e”: “mestre”, “elefante”, “pente”, “dente”, “lente”, “pele” etc.) e “-o” (marca de um tema nominal em “-o”: “carro”, “ferro”, “menino”, “aluno”, “lobo”, “libido”, “tribo” etc.). Observe que nas relações, que serviram como exemplos dos temas em “a”, “o” e “e”, há palavras masculinas e femininas, que definem como masculinas ou femininas, mormente com a anteposição do determinante (artigo “o” ou “a”) ou com o uso de outro tipo de determinante (pronomes, numeral ou adjetivo).

Em verdade, não é a simples presença de um “-a”, átono final, que expressa o feminino dos nomes substantivos; é a sua presença em oposição a uma forma-base de masculino sem este “-a”. E isto

não implica dizer que se trata de flexão.

Assim, o morfema de gênero “-a” pode ser observado em: “menin-o/a”, “lob-o/a”, “mestr-e/a”, “elefant-e/a”, “cantor-/a”, “oficial-/a” e outras. Já não se pode observá-la em “cas-a” (apesar de ser feminina), nem em “planet-a” (exclusiva e convencionalmente masculina) ou em “artist-a” (que de acordo com a intenção do falante é masculina ou feminina – neste caso, o gênero é explicitado por um determinante do tipo artigo). Nestas e em outras formas de temas nominais diversos (“carro”, “tribo”, “dente”, “mente”, “sofá”, “jacaré”, “caqui”, “tatu”, “amor”, “sol”, “cal”, “pudim”, “mártir” e outras), não há nenhum índice morfológico de gênero.

À luz das digressões de Câmara Jr., Herculano de Carvalho e de Matthews, em suas obras supracitadas, temos elementos suficientes para não só manter o questionamento que venho fazendo, como também para definir o fenômeno da formação do gênero dos substantivos como um processo lexical, semelhante fonologicamente ao processo flexional dos adjetivos, mas não, o mesmo, se adotarmos o critério da congruência (concordância).

4. Conclusão

Embora não seja nossa pretensão esgotar o tema, algumas conclusões surgiram com a pesquisa e com a constatação de que a homogeneidade no tratamento do assunto acerca de gênero dos substantivos dado pelas gramáticas e compêndios gramaticais fica abalada pelo tratamento crítico e, por conseguinte não-homogêneo, dado por diversos autores.

Não é numa oposição natural de sexos que se fundamenta o gênero em português. Nos adjetivos, pronomes e numerais, o gênero se fundamenta numa regra de concordância, em que se pode atestar que a forma utilizada é determinada pelo núcleo substantivo a que aquelas classes fazem alusão. Nos substantivos, entretanto, o gênero se fundamenta numa oposição meramente formal e de natureza classificatória em dois grupos (de um lado os masculinos – todos a que se pode antepor o artigo masculino; do outro, os femininos – todos a que se pode antepor o artigo feminino).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O gênero dos substantivos é imanente, isto é, faz parte da constituição de cada substantivo, quer esteja isolado, quer esteja integrado em contexto linguístico, pois surge no momento da concepção do ser a que se refere. Pode-se dizer, inclusive, que o substantivo tem gênero (masculino ou feminino, dependente ou não de um determinante) e que o adjetivo não tem gênero, mas flexiona-se em gênero (masculino ou feminino, sempre dependente do substantivo a que se refere).

Quanto à formação de palavras do gênero feminino nos substantivos e nos adjetivos, pode-se dizer que ambos os processos constituem uma variação ou flexão (no sentido lato: “ato de curvar, de dobrar, de flectir”) em si, mas que se distinguem, de acordo com os conceitos gramaticais de derivação e flexão ou, pelo menos, deveriam distinguir-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dispersos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. *Princípios de linguística geral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HERCULANO DE CARVALHO, José G. “Subseção do verbete GÊNERO (“Gram,”)”. In: *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, V. 9, 1969, p. 320-3.

_____. *Teoria da linguagem: natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas*. Vol II, 4. Imp. Coimbra: Coimbra, 1984.

MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MATTHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-Structure*. London: Cambridge University Press, 1974.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

SANDMANN, Antônio. José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.